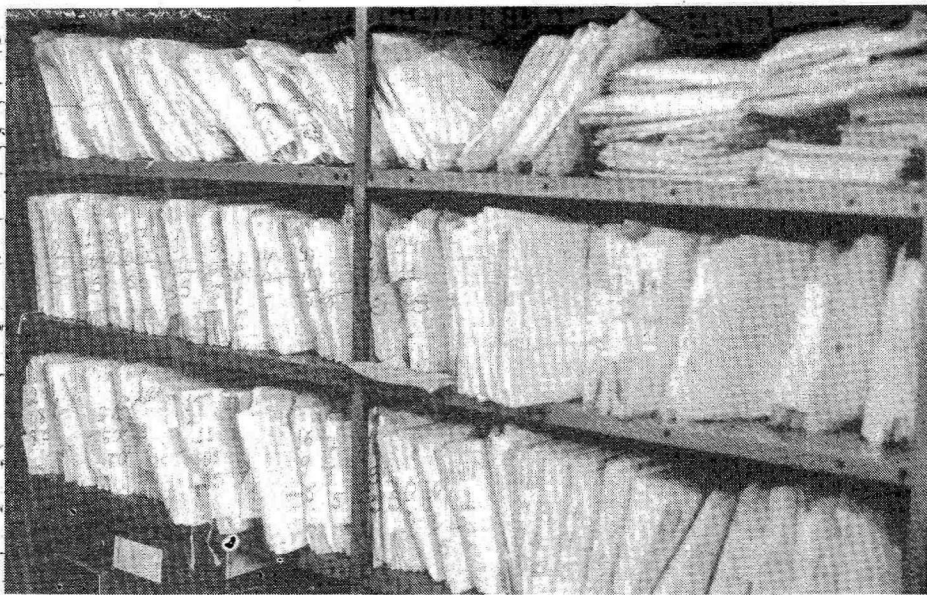


Falta de estrutura do TRE ameaça as eleições

Desde que foi criado, há 25 anos, o Tribunal mantém o mesmo número de funcionários



Carência é quase total

Doze mil processos parados. A cifra pode parecer exagerada, mas dá a medida de precariedade em que funciona hoje o cartório da 3ª Zona Eleitoral, em Ceilândia. Ele se resume a sete meses, cinco máquinas de escrever, duas das quais quebradas, e 14 funcionários, metade dos quais em férias, para atender a uma área onde moram cerca de 200 mil eleitores.

“Se o Governo não nos der condições de trabalho, com um novo local e mais funcionários, não vai dar para continuar”, adverte o chefe do cartório, Douglas de Carvalho Merechia, que, sem saber mais o que fazer para contornar a situação, apelou na tarde da última terça-feira ao diretor-geral do TRE, Francimar de Oliveira, para que requirite mais funcionários para a Ceilândia.

Douglas conta que o cartório, mesmo abrindo ao público somente das 12h30min até 16 horas, atende uma média de 120 pessoas diariamente. Grande parte desses processos, entretanto, vai para as prateleiras, na medida em que tem sido dado preferência ao despacho dos processos mais antigos, acumulados desde agosto passado por falta de funcionários no cartório. Mesmo com todas as deficiências, Douglas garante que tem tentado agilizar o processo e desde que assumiu o cargo, ao final de novembro passado, já liberou 1 mil e 400 títulos.

Mas há ainda muito trabalho pela frente. Apesar de contar com cerca de 200 mil eleitores, estão registrados na 3ª Zona apenas 9 mil e 200. Da antiga zona única existem cerca de 23 mil e de Taguatinga outros 23 mil, que deverão regularizar sua situação nos próximos meses, juntamente com aqueles que requereram a transferência da folha de votação para o Distrito Federal e que somam cerca de 7 mil eleitores.

Para isso, lembra Douglas, seria necessária a instalação de mais quatro postos eleitorais na Ceilândia — dois no Setor P Sul, um no Setor O, um no Setor Central — assim como a transferência da sede do cartório para um local mais amplo. A esperança de Douglas é de que o administrador da satélite, Ilton Ferreira, consiga um prédio público onde o cartório possa funcionar em melhores condições.

GAMA

Instalado no Fórum, o Cartório da 14ª Zona Eleitoral do Gama padece dos mesmos males da Ceilândia. Apesar de contar com três salas, o cartório abriga as caixas de papelão quase 5 mil processos parados por falta de recursos humanos. Afinal, para atender a uma média de 80 eleitores diariamente estão disponíveis apenas cinco funcionários.

Mesmo com uma população bem menor que Ceilândia — cerca de 180 mil habitantes — o Gama tem um complicador a mais: em

função da proximidade e apesar de ser proibido por lei, os moradores das áreas do Entorno como Cidade Ocidental, Valparaíso, Pedregal ou Novo Gama, pertencentes ao município de Luziânia, procuram o cartório do Gama para transferir seu título ou fazerem o alistamento eleitoral.

O chefe do cartório, Tacilio Natal da Silva, o Cid, afirma que essa proximidade tem trazido um grande problema. Ele explica que em 82 muita gente transferiu seus títulos do DF para Luziânia para ter o direito de votar. Porém, o cartório eleitoral do município goiano não enviou à Justiça Eleitoral do DF o pedido de cancelamento desses títulos. O resultado é que muita gente tem hoje registro eleitoral no DF e em Luziânia, uma infração à legislação eleitoral. Agora, algumas dessas pessoas, como Inês Maria Aruda Leal, pedem a transferência de seu título de Luziânia para o Gama, deixando a Justiça Eleitoral sem saber o que fazer para resolver a situação.

Sempre reclamando da situação, Cid faz um prognóstico: “Se não houver o recadastramento eleitoral não haverá eleição em Brasília.”

ASA NORTE

Em duas salinhas cedidas pelo Juizado de Menores funciona o Cartório da 2ª Zona na Asa Norte, uma área onde se presume existam quase 70 mil eleitores. Quando chove forte, a sala é invadida pela água, que entra por debaixo da porta, já que ela se encontra abaixo do nível do chão.

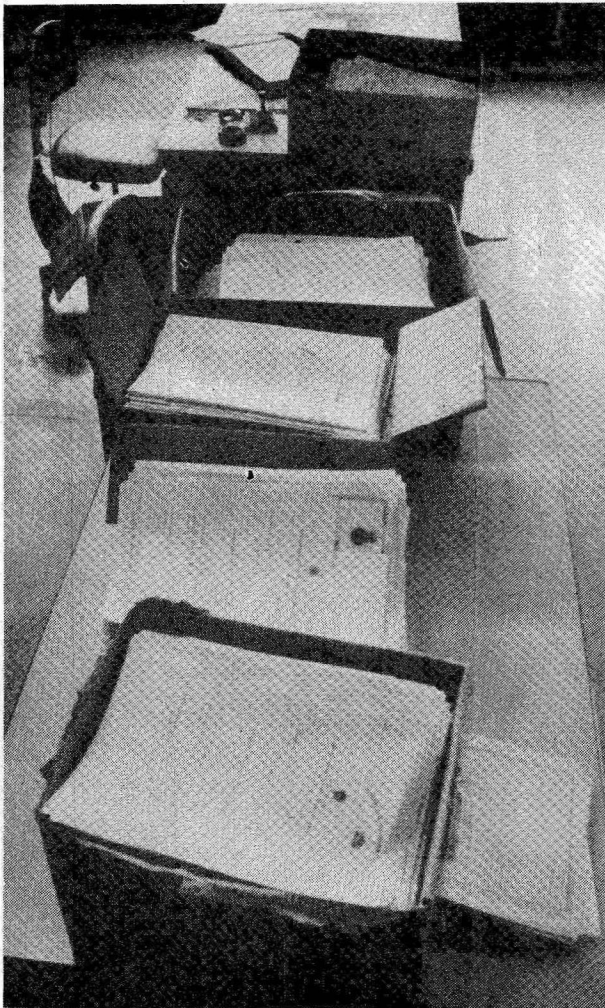
Quem quer fazer uma transferência de título na 2ª Zona tem que ter muita paciência. Em alguns casos é preciso esperar até seis meses pois os nove funcionários do cartório, dois dos quais em férias, não conseguem absorver todo o trabalho.

TAGUATINGA

Apesar de não ter ainda condições ideais, pois funciona na Academia de Polícia Militar ao lado de Ceilândia, o cartório de Taguatinga é o menos penalizado pela carência de recursos humanos. Lá o trabalho de registro de eleitores já está bastante adiantado — 50 mil 217 até a última terça-feira — e o atraso no despacho dos processos é dois ou três dias apenas.

Mas ainda há muito o que fazer daqui para frente. Pelos cálculos do chefe do cartório, Wilson Batista de Araújo, ainda há quase 70 mil eleitores inscritos na zona única, assim como outros 18 mil com títulos de outros Estados.

Na verdade, conta Wilson, a situação do cartório só melhorou com a chegada nos últimos dias de funcionários requisitados pelo TRE. Sua expectativa maior, entretanto, é a transferência da sede do cartório para o centro de Taguatinga, no prédio do Instituto de Identificação, como prometeu o administrador José Luiz Paro.



No cartório da Ceilândia vários processos dormitam nas prateleiras com o acúmulo de serviço que piora a cada ano e 12 mil estão parados. No Gama a situação é a mesma que os demais cartórios. Até a mesa serve para depósito da papelada

A 10 meses antes das eleições de 15 de novembro, a Justiça Eleitoral do Distrito Federal faz uma advertência. Se o Governo não aumentar rapidamente o quadro de funcionários do TRE, muitos eleitores da cidade poderão ficar impossibilitados de votar, já que os cartórios eleitorais, carentes de recursos humanos e materiais, não estão conseguindo absorver o volume de trabalho imposto pela realização das primeiras eleições nos 26 anos de Brasília.

A situação é das mais precárias possíveis. Começa pelos próprios locais de funcionamento dos cartórios — pequenas salas instaladas em prédios públicos, onde se amontoam processos e mais processos — até o míngua número de funcionários que se desdobram no trabalho de atender aos eleitores, fazer alistamentos, transferências e atualizações de títulos.

A raiz do problema, como não poderia deixar de ser, está no fato de Brasília nunca ter eleito seus representantes. Afinal, desde 1960, quando foi criado, o Tribunal Regional Eleitoral possui o mesmo número de funcionários (cerca de 100). O tempo se passou, a antiga zona única eleitoral, englobando todo o Distrito Federal, foi dividida em oito zonas, o Congresso Nacional aprovou a representação política para a cidade e sequer um único funcionário foi contratado pelo TRE.

O quadro só não é pior porque os cartórios contam

com funcionários requisitados de outros órgãos públicos. E, na maioria deles, o número de requisitados chega a superar em muito os eletivos, do TRE. Para se ter uma idéia, no cartório da 3ª Zona, em Taguatinga, dos 20 funcionários, apenas três pertencem ao Tribunal. No Gama, 4ª Zona Eleitoral, existe até mesmo um servidor cedido pelo Governo do Estado de São Paulo.

O diretor-geral do TRE, Francimar de Oliveira, não deixa dúvidas: “Precisamos de no mínimo mais 100 pessoas, pois, do contrário, não será possível continuar trabalhando”. Ele lembra que o governador José Aparcido, apesar de ter prometido 130 pessoas para o Tribunal, até o momento cedeu menos de 20 servidores para o trabalho nos cartórios. Paradoxalmente, é o próprio governador quem tem apelado aos brasileiros para que transfiram seus títulos de outros Estados para o Distrito Federal para participarem das eleições constituintes de 15 de novembro.

O trabalho de transferência de títulos não pára. O TRE, apesar de não saber exatamente quantos eleitores têm títulos de outros Estados, garante que nas eleições de 1982, 81 mil 758 eleitores requereram suas folhas de votação para Brasília. Por outro lado — e esse parece ser o trabalho maior — existem os eleitores com títulos da antiga zona única e que precisam fazer a atualização. Pelos dados do TRE, de julho último, existiam ainda cerca

de 400 mil eleitores nessa situação.

INFORMÁTICA

Mas a complicação não pára por aí. A partir do início do processo de legalização dos partidos políticos na cidade, a tendência é aumentar ainda mais o trabalho. Afinal, os partidos que estão conseguindo formar suas Comissões Diretoras Provisórias, como é o caso do PTB, PDT, PFL, PT e PDS, estão dando entrada na Justiça Eleitoral com os pedidos de filiação. Somente na semana passada o PFL, que já tem suas convenções zonais marcadas para o próximo dia 19, deu entrada no cartório de Taguatinga com 104 fichas de filiação. Na Ceilândia, a Frente Liberal, juntamente com o PDS, ingressou quarta-feira última com cerca de 250 fichas, o que exige um esforço a mais por parte dos cartórios.

Mas todo o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Justiça Eleitoral poderá ser jogado fora caso o Governo Federal promova a curto prazo o recadastramento eleitoral no Distrito Federal. “Há declarações oficiais de que a revisão do eleitorado vai começar por Brasília”, afirma Francimar de Oliveira. Com o novo sistema, o título de eleitor, assim como as folhas de votação, passarão a ser emitidas por computador, o que, além de eliminar as fraudes, vai facilitar bastante o trabalho burocrático. Assim, os títulos hoje emitidos pelo TRE passariam a não ter mais validade.